



**O PROTESTANTISMO NO BRASIL:
ASPECTOS JURÍDICOS, CULTURAIS E
SOCIAIS DE SUA IMPLANTAÇÃO
– FINAL –**

**THE PROTESTANTISM IN BRAZIL:
JURIDICAL, CULTURAL AND SOCIAL
ASPECTS OF ITS IMPLANTATION
– FINAL –**

Hermisten Maia Pereira da Costa

Bacharel em Teologia (SPS), Licenciatura Plena em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Pedagogia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo. É mestre e doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Diretor da Escola Superior de Teologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie e professor de pós-graduação em Ciências da Religião e de bacharelado em Teologia. Leciona, também, no Seminário Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição, São Paulo (SP).

E-mail: hermisten@terra.com.br

RESUMO

Neste quarto e último artigo da série, apresenta-se um esboço cronológico dos primeiros grupos de estrangeiros que desembarcaram no Brasil, classificando-os por suas denominações religiosas protestantes, apresentando alguns aspectos religiosos de indivíduos e dos grupos que para cá vieram, bem como algumas das dificuldades que enfrentaram para se estabelecer. Assim, têm-se: anglicanos, luteranos, metodistas, congregacionais, presbiterianos e batistas. O artigo conclui mostrando como os protestantes, em geral, desejavam e saudaram com alegria a chegada da República, entre outros motivos porque criam que com a República chegaria também a separação entre Igreja e Estado, e teriam não mais a simples tolerância religiosa, mas, sim, a igualdade na liberdade dos cultos.

PALAVRAS-CHAVE

Protestantismo no Brasil; Liberdade religiosa; Proclamação da República; Obra missionária; Denominações protestantes.

ABSTRACT

In this fourth and last article of this series. There is a chronological outline of the first foreign groups which arrived in Brazil classifying them by their protestants religious denominations, showing some religious aspects focusing the individuals and groups as well as some difficulties which they faced on their Establishment here. So we have anglicans, lutherans, methodists, congregationalists, presbyterians and baptists. The paper concludes showing how the protestants, generally speaking, were waiting for the Republic. They believe Republic will lead to separation between Church and State, and there will be not only religious tolerance, but equality on the freedom of the religious services.

Brazilian protestantism; Religious freedom; Republic establishment; Missionary work; Protestant denominations.

5. ESBOÇO CRONOLÓGICO DA CHEGADA DOS PRIMEIROS MISSIONÁRIOS, IMIGRANTES E DENOMINAÇÕES PROTESTANTES

“Quando será que esta linda terra se libertará da idolatria do cristianismo espúrio! Há cruzes em abundância; mas quando será levantada a doutrina da cruz.” – Anotações do dia 12 nov. 1805, do Diário do missionário anglicano Henry Martyn (1781-1812), que esteve em Salvador durante 25 dias, a caminho da Índia (in REILY, 1984, p. 28).

O período de 1808 a 1821 é de grandes transformações religiosas no Brasil: Brasil Colônia passa a Brasil Império; a Inquisição, que tivera seus tentáculos no Brasil, agora cede lugar a uma relativa liberdade religiosa. As transformações não foram pacíficas. Mas, quais o são? No entanto, não podemos nos queixar, o Brasil entrava em uma nova fase sem derramamento de sangue – pelo menos não em demasia, como acontecera na Europa durante as grandes metamorfoses políticas, sociais e religiosas.

O próprio governo imperial irá incentivar o processo migratório. Segundo Azzi, (1992, p. 13) havia três objetivos principais:

Branqueamento da população brasileira¹, procurando dessa forma deter o avanço da negritude, decorrente do número

¹ Possivelmente por ignorância, tenho dificuldade em aceitar essa tese. O autor não cita documentos, e também em nenhum momento encontrei discurso semelhante entre os deputados da Constituinte.

contingente de escravos trazidos da África; criação da pequena propriedade, num país marcado desde a época colonial pelo latifúndio dos engenhos e das fazendas; incremento do trabalho livre, num território até então objeto de atividade quase exclusiva do braço escravo².

A partir de 1810, começaram a chegar ao Brasil estrangeiros de origem protestante. Contudo, isso não significa a vinda de missionários, mas sim de colonos que eram protestantes que vinham tentar a vida em novo continente com imagináveis novas opções de vida. A vinda de pastores não tinha como objetivo imediato a conversão dos nativos, mas sim a assistência pastoral aos fiéis protestantes. Nessa época, vamos verificar também a questão da legalidade da construção de templos. A ação isolada de clérigos e as interpretações que variam aqui e ali, acompanhadas por uma característica nossa de fazer de conta que não acontece, marcaram os episódios dessa história. Conforme formos descrevendo a penetração dos imigrantes e de suas respectivas atuações religiosas, vamos demonstrando essas particularidades.

O ano de 1810 marca também o período em que foram trazidos treze suecos para a Real Fábrica de Ferro de São João do Ipanema, às margens do Rio Ipanema (contratados em 31 dez. 1809). Esses treze – provavelmente luteranos – foram contratados como “mestres fundidores, refinadores e moldadores” para trabalharem naquela que era considerada a melhor jazida de ferro do mundo, aliás com o aval daquele que entre outras competências era um grande mineralogista, José Bonifácio de Andrada e Silva. Quanto aos suecos, na realidade eram mais “curiosos” do que profissionais. Assim que terminaram o contrato (1810-1815), onze voltaram para a sua terra. Três tiveram seu contrato renovado (Daniel Strömbeck [morto em 1850], Lourenço Hulgren e Dahlström). No entanto, este último parece ter se arrependido e voltou com os outros dez. Quem permaneceu até o final de sua vida nesse mesmo empreendimento – posteriormente como consultor – foi Lourenço Hultgren (morto em *c.* 1852), que foi altamente criativo – idealizando

² Outras razões complementares são indicadas por Joachim Fischer, que segue Martin N. Dreher (ver Fischer in MÜLLER, 1986, p. 12).

e inaugurando em 1811 uma serra movida a água – e respeitado, tornando-se muito requisitado e, naturalmente, bem pago (cf. OLIVEIRA, 1952, p. 91 et seq.; 227 et seq.).

Em 9 de maio de 1818, mediante oferta de um suíço, Nicholas Gachet – emissário do governo do cantão suíço de Friburgo –, D. João VI contratou a primeira leva de colonos suíços, com famílias. No contrato rezava que as famílias deveriam ser católicas: fundaram Nova Friburgo. No entanto, em razão de problemas variados, não se estabeleceram ali em definitivo, indo procurar regiões mais férteis. Posteriormente (1824), os alemães luteranos se estabeleceriam em Nova Friburgo.

Ainda em 1818, estabeleceu-se uma colônia de alemães no Rio Peruíbe, Porto Seguro,

cada um deste recebendo do Governo uma légua quadrada de terras. Essa colônia que recebeu a denominação de Leopoldina continha em 1826 seiscentos colonos e quinze fazendolas de café (RODRIGUES, 1904, p. 101).

Aos poucos, a exigência de os imigrantes serem católicos foi se tornando obsoleta:

Em 1823, D. Pedro I enviou o Major [Georg Anton von] Schaeffer a Frankfurt-sobre-o-Meno, para promover a vinda de imigrantes. Não somente desapareceu a exigência de serem católicos romanos, como ainda em nome de S. M. o Imperador, contratou-se um pastor protestante para acompanhá-los, com seu sustento provido pelo governo Imperial (RIBEIRO, 1973, p. 79).

5.1. OS ANGLICANOS

A partir de 1810, torna-se evidente o uso da abertura religiosa concedida aos ingleses por meio do “Tratado de Comércio e Navegação”; assim, eles passaram

a celebrar o culto protestante a bordo de seus navios de guerra que ancoravam no porto do Rio de Janeiro ou em residências particulares, inclusive a de Lord Strangford (RIBEIRO, 1973, p. 17).

É natural que os estrangeiros tenham as suas perspectivas a respeito desse grande e misterioso continente, repleto de “pagãos” que ainda não conhecem o evangelho... No entanto, mediante um vislumbre aqui e ali, podemos também perceber a visão do clero e do povo a respeito desses homens que traziam uma religião estranha, mas que, no momento, digamos, era um mal tolerável – como diriam alguns constituintes –, em prol do progresso resultante do acordo com a Inglaterra.

Em 1816 desembarca o capelão anglicano, Rev. Robert C. Crane, que, segundo outro capelão – Rev. Boys, que esteve de passagem pelo Brasil, permanecendo alguns meses no Rio de Janeiro em razão da doença de sua esposa –, “não é homem de opiniões evangélicas”³.

O ano de 1819 torna-se muito relevante dentro da perspectiva que estamos analisando: em 18 de agosto de 1819 inicia-se a construção do templo, sujeito às restrições do “Tratado de Comércio e Navegação”. Nessa data há o lançamento da pedra fundamental “da Igreja de São Jorge e São João Batista [rua dos Barbonos, atual Evaristo da Veiga]⁴, honrando assim, os soberanos respectivamente da Inglaterra e de Portugal” (REILY, 1984, p. 25). A partir dessa “Capelania consular”, outras se sucederam: Recife (1838-1839) e Bahia.

Em 1820, os cultos passaram a ser realizados dominicalmente nesse templo – ao que parece ainda em fase de construção –, no Rio de Janeiro. O templo ficaria pronto em 1822, poucos meses antes da Independência, sendo inaugurado, ao que parece, no domingo, 26 de maio de 1822. José Bonifácio de Andrade e Silva, temendo alguma reação popular contrária, solicitou, por ordem do príncipe regente, que o intendente geral da Polícia “tome as medidas necessárias para se conservar a boa ordem e sossego público”, providenciando “patrulhas

³ Carta de 17.12.1819 ao Sr. Charles Simeon (in REILY, 1984, p. 35).

⁴ “A pedra fundamental da Igreja à rua Evaristo da Veiga, Rio de Janeiro, o primeiro Templo Protestante, construído no Continente Sul Americano, foi lançada no dia 12 de Agosto de 1819” (TUCKER, 1936, p. 2). Ver Kidder & Fletcher (1941, v. 1, p. 230); Rodrigues (1904, p. 106). Quanto à afirmação de esse ter sido o primeiro Templo Protestante construído na América do Sul, Reily (1984, p. 146), discordando, indica artigo de Wilhelm Goetz, que afirma que os morávios, em cerca de 1739, estabeleceram trabalho entre os negros da Guiana, onde “consagraram a primeira igreja (templo) em 1796”.

rondantes da guarda da polícia encarregadas de manter a tranqüilidade” (REILY, 1984, p. 146). Tudo correu tranqüilamente, tendo uma numerosa freqüência. Posteriormente, a capela foi apedrejada, tendo as suas vidraças quebradas por um espanhol, comerciante local.

“Reúnem-se ali estrangeiros protestantes de língua inglesa: funcionários de embaixada, comerciantes, marinheiros, viajantes de passagem pela cidade” (RIBEIRO, 1973, p. 17-18). Contudo, conforme o depoimento de Robert Walsh (1831), ministro anglicano que atuou no Brasil (1828-1829), publicando um livro em 1831, a capela anglicana estava mal-conservada, com goteiras, teto apodrecido, cortinas rotas, e as janelas quebradas pelo referido comerciante espanhol ainda não haviam sido consertadas. A capela comportava 600 a 700 pessoas, tendo o Rio de Janeiro protestantes em número suficiente para lotá-la – “eu nunca contei mais que trinta ou quarenta pessoas presentes” (in REILY, 1984, p. 36-37). Do mesmo modo testemunharia Fletcher cerca de trinta anos depois:

É contudo penoso pensar que tão poucos desfrutam a oportunidade que essa capela proporciona para se ouvir a verdade. A freqüência porém aumentou depois da chegada do Rev. Sr. Preston. Comparada com todas as outras igrejas inglesas, que visitei em muitas terras estrangeiras, a do Rio de Janeiro é a menos freqüentada (KIDDER; FLETCHER, 1941, v. 1, p. 230-231).

Aqui parece de forma evidente o vaticínio do bispo do Rio de Janeiro, Dom José Caetano da Silva Coutinho, que, em 1810 – quando o núncio papal Lourenço Caleppi tentou convencer o Príncipe Regente contra a permissão da construção de capelas anglicanas ou, na instalação da Inquisição no Brasil –, disse:

Os ingleses realmente não têm religião, mas são um povo orgulhoso e obstinado. Se houver oposição contra eles, eles persistirão e farão disso assunto de máxima importância; mas se atender seus desejos, a capela será construída, e ninguém chegará perto dela (apud REILY, 1984, p. 33; RODRIGUES, 1904, p. 106-108).

Um viajante americano, Thomas Ewbank (1792-1870), narra com seu ácido humor o serviço religioso do qual participou na capela em 5 de julho de 1846, dando ênfase ao “sermão” proferido:

Fui com T. à capela inglesa. A lição do dia, 1 Samuel – cap. XIII, era desagradável ao leitor – uma furiosa defesa da monarquia, e um repositório das maldições extenuantes que dirigiu contra a sua terra natal. Um irlandês de nascimento sustenta o direito da Inglaterra de governar o país conquistado como lhe aprouver; justifica o confisco total do solo por parte dos invasores, de quem se orgulha de haver descendido; nega, com um murro na mesa, que a Igreja inglesa seja um ônus para o povo irlandês, e depois desafia-o a citar um exemplo de senhor, de bispo, ou de vigário, que tivesse sido capaz de desgraçar uma família por lhe haver extorquido pecúnia, ou que houvesse feito mudar-se uma para arranjar espaço para o seu rebanho; e com um terceiro murro, que fez o copo quase cair, prova “que estaria certo se ela o tivesse feito”. Metade de seu salário é pago pelo governo britânico. O seu tema de hoje era “o amor de Deus”. O livro de orações, que me foi estendido, era um desses emitidos com nihil obstat, poluído por sanções imperiais, impondo ao seu possuidor o que ele deve acreditar e para quem deve rezar. Além de trinta e nove artigos de fé preparados para ele, contém um credo acompanhado de uma profusão de cláusulas condenatórias, bastantes para fazer um selvagem estremecer. Diz de cada um que duvidar de suas palavras “que sem dúvida penará eternamente”. Eu não quero ficar por uma semana no céu com os beatos rubros que o concebem nem com os intrigantes que o perpetuam (EWBANK, 1976, p. 292).

5.2. OS LUTERANOS

Os luteranos começaram a chegar ao Brasil no ano da Constituinte; portanto, a tolerância à sua presença estava ligada indiretamente ao “Tratado” de 1810. Muitos dos alemães que vieram para o Brasil viram essa terra longínqua e extensa como a Canaã prometida por Deus, entoando cânticos que expressavam essa fé. No dia 3 de maio de 1824 chega o primeiro grupo de imigrantes alemães, constituído de 334 pes-

soas e seu pastor, contratado pelo imperador, Friedrich Oswald Sauerbronn (1784-1864) – pastor formado em Heidelberg. Esse grupo iria para a Bahia; no entanto, visto que a colônia de Nova Friburgo no Rio de Janeiro fora abandonada pelos suíços, os alemães foram destinados para ali. Nesse mesmo dia foi realizado o primeiro culto evangélico em Nova Friburgo. Em 1827, eles construíram o seu templo em Nova Friburgo que precisou ser demolido por ordem judicial. Posteriormente, em 1857, construíram outro perto do local anterior. No entanto, a capela era pequena e com “pouca vitalidade cristã”, conforme infere Fletcher (KIDDER; FLETCHER, 1941, v. 1, p. 342).

Outros alemães – 43 famílias, sendo 36 delas protestantes – se estabeleceram nesse mesmo ano (25.7.1824) às margens do Rio dos Sinos, antigo Passo, perto de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, sendo Johann Geor Ehlers (1779-1850) pastor no período de 1824-1845. Posteriormente, São Leopoldo tornou-se o ponto de partida para a expansão da Igreja Luterana no Brasil; “o centro irradiador do trabalho da Igreja” (BRAGA, 1961, p. 80). O trabalho era feito em alemão.

Outras comunidades foram organizadas: Feitoria Velha (1824), posteriormente transferida para São Leopoldo; Hamburgo Velho (1825); Três Forquilhas (1826); Dois Irmãos e Bom Jardim (1827); Campo Bom (1828); Picada da Cadeia (depois chamada de São José do Hortêncio [1829]); Hamburgo Velho (1845); Petrópolis (1845); Joinville (1851); Porto Alegre (1856); Blumenau (1857); São Paulo (1858); Curitiba (1860) e Juiz de Fora (1862).

Nesse ínterim, comerciantes e diplomatas, por iniciativa do cônsul W. von Thermin, estabeleceram uma comunidade no Rio de Janeiro, sendo constituída, principalmente, de alemães e franceses, e posteriormente de suíços, denominada Comunidade Protestante Franco-Alemã (25.6.1827), sendo os cultos dirigidos em alemão. Na ocasião – sob a presidência do cônsul prussiano, Wilhelm von Theremin –, foram eleitos os primeiros presbíteros. O seu primeiro culto público foi realizado numa sala alugada na Rua Matacavalos (hoje Rua Riachuelo). O culto inaugural do “templo” foi dirigido pelo primeiro pastor da igreja, Ludwig Neumann, no dia 21 de maio de 1837.

Em 27 de agosto de 1827, o imperador concedeu licença para a construção de um templo. Com a ajuda, principalmente,

do Consistório da Província de Brandeburgo, o templo foi construído, tendo sido lançada a pedra fundamental no dia 30 de julho de 1844 na Rua dos Inválidos, n. 91. A consagração do templo deu-se no dia 27 de julho de 1845, dirigindo o culto o pastor Dr. Frederico Avé-Lallemend.

A construção dos templos luteranos obedecia em geral à interpretação de que não deveriam ter torre e sino; contudo, eles introduziram símbolos religiosos novos no frontispício dos templos: “uma Bíblia ladeada por dois cálices” (RIBEIRO, 1973, p. 80).

Em 1842, em Passo Fundo, Rio Grande do Sul, a Igreja instalou os seus sinos, o mesmo fazendo a Igreja de Teófilo Otoni (um sino) (1868); a de São Miguel de Dois Irmãos (dois sinos) (1873); a de Santa Cruz do Sul (1880) e a de Petrópolis (1881).

Os critérios adotados pelas autoridades não eram unânimes: em Petrópolis (1863), o núncio pediu providência das autoridades em relação ao templo construído, que tinha no seu frontispício a *Bíblia* e dois cálices; contudo, não obteve resposta. Já em 1887,

o chefe de polícia da província do Rio Grande Sul mandou fechar a igreja protestante de Santa Maria porque ela tinha, contra o dispositivo da constituição de 1824 (artigo 5) uma torre (WILLEMS, 1940, p. 230).

No entanto, o delegado perdeu a questão tendo que consentir com o templo constituído de torre e sino. “O mesmo ocorreu em Piracicaba com o templo metodista” (RIBEIRO, 1973, p. 83).

Os colonos alemães do Sul sofreram muito pela falta de apoio do governo e da Igreja alemã, pois eles foram considerados

filhos pródigos e, por isso, abandonados sem pastores ordenados, obrigados a se contentarem com pastores humildes, sem instrução e, muitas vezes, sem moral (LÉONARD, 1981, p. 48-49)⁵.

⁵ Ver Hunsche (1983, p. 21 et seq.); Willems (1980, p. 114 et seq.; 1940, p. 236 et seq.); Ribeiro (1973, p. 84 et seq.). Os pastores tinham também dificuldade com o uso de bebida, que era comum a muitos dos imigrantes (cf. KIDDER; FLETCHER, 1941, v. II, p. 39).

No Espírito Santo, durante dez anos os imigrantes ficaram sem assistência espiritual, mantendo viva a sua fé através da *Bíblia*, de catecismos, hinários e livros afins.

Ao que parece, o abandono não era apenas no Sul. Em dezembro de 1860, o missionário presbiteriano Ashbel G. Simonton visitou São Paulo: viajando pela província durante uns quatro meses; foi então que constatou a existência de um grande número de protestantes alemães sem os devidos cuidados pastorais. Então, tomou uma decisão: “escreveu à Junta Missionária propondo que enviassem um pastor de língua alemã, para assisti-los” (RIBEIRO, 1973, p. 23).

O resultado foi compensador, pois

A Junta Missionária aceitou a sugestão sobre o pastor para os alemães do interior de São Paulo e contratou o Rev. Schneider, natural da Alemanha, residente nos Estados Unidos, e o enviou ao Brasil, onde chegou em 7 de dezembro de 1861 (RIBEIRO, 1973, p. 24-25).

5.3. OS METODISTAS

Em 19 de agosto de 1835, estabelece-se no Rio de Janeiro o missionário metodista Rev. Foutain E. Pitts. No domingo, 1º de maio de 1836, o Rev. Justin Spaulding, que aqui chegara em 29 de abril de 1836⁶, sucedendo o Rev. Pitts, organiza a primeira Escola Dominical de fala portuguesa no Brasil.

Em 1837⁷, chega o Rev. Daniel P. Kidder (1815-1891), como missionário metodista e, simultaneamente, agente da Sociedade Bíblica Americana.

Quando os primeiros missionários protestantes começaram a chegar ao Brasil, o movimento das Escolas Dominicais já estava firmado na Inglaterra, tendo também se tornado muito forte nos Estados Unidos. Isso explica parcialmente o porquê de esse trabalho ser logo implantado no Brasil, muitas vezes até mesmo antes de se estabelecer formalmente o culto

⁶ Ele partira de Nova York em 22 de março de 1836 (cf. BANGS, 1997, v. 4, p. 272).

⁷ Kidder partiu de Boston em 12 de novembro de 1837 (cf. BANGS, 1997, v. 4, p. 273).

público. Vejamos então como a Escola Dominical surgiu no Brasil: os metodistas foram os pioneiros.

O Rev. Pitts, que desembarcou no Rio de Janeiro em 19 de agosto de 1835, permaneceu ali durante alguns meses, viajando em seguida para Montevidéu, e depois de algumas semanas tomou o vapor para Buenos Aires⁸, que era o objetivo final de sua vinda.

Entusiasmado com as perspectivas do trabalho evangélico, o Rev. Pitts deu um parecer favorável à implantação de uma missão Metodista no Brasil. No dia 2 de setembro de 1835, ele escreve ao secretário correspondente da Sociedade Missionária da Igreja Metodista Episcopal (IME), revelando a sua percepção do nosso povo:

Estou nesta cidade (Rio de Janeiro) há duas semanas, e lamento que minha permanência seja necessariamente breve. Creio que uma porta oportuna para a pregação do Evangelho está aberta neste vasto império. Os privilégios religiosos permitidos pelo governo do Brasil são muito mais tolerantes do que eu esperava achar em um país católico [...]. Já realizei diversas reuniões e preguei oito vezes em diferentes residências onde fui respeitosamente convidado e bondosamente recebido pelo bom povo [...] (Carta in REILY, 1984, p. 81-82. Ver, também, SALVADOR, 1982, v. 1, p. 24 et seq.).

Amparado na sua breve, porém significativa, experiência, Pitts, na seqüência, opina sobre o caráter e a experiência daquele que deverá ser enviado como missionário...

Nosso pequeno grupo de metodistas precisará muito de um cristão experimentado para conduzi-lo; no entanto, eles estão decididos a se unirem e a se ajudarem mutuamente no desenvolvimento da salvação de suas almas [...]. O missionário a ser enviado para cá dever vir imediatamente e iniciar o estudo do idioma português sem demora [...] (Carta in REILY, 1984, p. 82).

⁸ Em 8 de fevereiro de 1836, em resposta à solicitação de Pitts, foi consignado o Decreto: “Ao rev. Fountain E. Pitts, Presbítero da Igreja Metodista Episcopal é permitido o exercício público das funções de ministro nesta Província” (TUCKER, 1936, p. 1).

As sugestões de Pitts são aceitas. No dia 29 de abril de 1836 desembarca no Rio de Janeiro, proveniente de New York, Estados Unidos, o missionário Rev. Justin Spaulding, acompanhado de sua esposa, o filhinho Levi e sua empregada. Spaulding demonstrou ser muito empreendedor no seu trabalho. Em carta ao secretário da IME, datada de 5 de maio de 1836, menciona que já organizara uma pequena escola dominical com o grupo de metodistas que o Rev. Pitts reunira. Posteriormente, em relatório ao secretário correspondente da IME, datado de 1º de setembro de 1836, acentua:

Conseguimos organizar uma escola dominical, denominada Escola Dominical Missionária Sul-Americana, auxiliar da União das Escolas Dominicais da Igreja Metodista Episcopal [...] Mais de 40 crianças e jovens se tornaram interessados nela [...] Está dividida em oito classes com quatro professores e quatro professoras. Nós nos reunimos às 16:30 aos domingos. Temos duas classes de pretos, uma fala inglês, a outra português. Atualmente parecem muito interessados e ansiosos por aprender [...] (Carta in REILY, 1984, p. 83-84).

Mesmo o trabalho metodista tendo sido bem iniciado, teve duração efêmera: a missão metodista, por diversas razões (cf. REILY, 1984, p. 84 et seq.), encerrou as suas atividades no Brasil em 1841. Nesse mesmo ano ou em 1842, o Rev. Spaulding retornou aos Estados Unidos.

A missão metodista só teria o seu reinício definitivo no Brasil em 5 de agosto de 1867 (cf. ROCHA, 1967, p. 40-41)⁹, com a chegada do Rev. Junius Eastham Newman (1819-1895) no Rio de Janeiro. Em abril de 1869, Newman mudou-se para o interior de São Paulo: Saltinho (localizada entre Limeira e Vila Americana), trabalhando entre os colonos americanos.

⁹ Essa data é controversa, porque, ao que parece, Newman não embarcou nos Estados Unidos na data que programara. Assim, Kennedy (1928, p. 16) diz que Newman “desembarcou no Rio de Janeiro, no verão de 1867”. Rocha (1967, p. 34-35) elucida o possível motivo da confusão. A carta que Newman escreveu aos metodistas do Sul dos Estados Unidos esclarece definitivamente a questão: “No dia 5 de agosto de [1867] estávamos entrando no porto do Rio, enquanto todos a bordo olhavam com espanto e deleite a paisagem suntuosamente agreste e majestosa de ambos os lados do canal que conduz à cidade” (in REILY, 1984, p. 88).

Ali, junto com os imigrantes de Santa Bárbara, organizou, no terceiro domingo de 1871, a Primeira Igreja Metodista do Brasil, com cultos em inglês. No entanto, o trabalho metodista só receberia convertidos brasileiros em 9 de março de 1879, no Rio de Janeiro.

O bispo John C. Granbery, da Igreja Metodista Episcopal do Sul, desembarcou no Rio de Janeiro em 4 de julho de 1886, fazendo então a primeira visita episcopal metodista ao Brasil. Em 15 de setembro de 1886, organizou a primeira conferência anual metodista na Igreja Metodista do Catete.

5.4. OS CONGREGACIONAIS

Em 10 de maio de 1855, desembarca no Rio de Janeiro o Dr. Robert Reid Kalley (1809-1888), médico e pastor escocês, acompanhado de sua esposa, Sra. Sarah Poulton Kalley (1825-1907). O casal vinha da Inglaterra e iria radicar-se em Petrópolis.

O Dr. Kalley tivera uma experiência intensa. Como missionário na Ilha da Madeira – desde outubro de 1838¹⁰ –, ele realizava um trabalho muito concorrido, pontilhado por atividades de âmbito médico (fundando inclusive um hospital), educacional¹¹ e religioso. Foi então em 1843 que a Igreja romana intensificou a perseguição contra ele. Depois de passar cerca de seis meses preso, foi liberto em janeiro de 1844. Depois de alguma trégua, em 1846 a situação tornou-se insustentável; a turba havia se voltado contra ele e nem o consulado lhe dava mais garantias. As autoridades locais não eram confiáveis. A sua casa “foi assaltada e queimada a

¹⁰ Inicialmente, o seu trabalho era apenas como médico. Havia atividades intensas. Contudo, ele começara logo a realizar cultos em sua casa juntamente aos seus empregados. Em seguida, percebendo o desejo dos madeirenses pela Palavra, iniciou em dezembro um trabalho informal numa casa alugada (cf. FORSYTH, 2006, p. 34). Segundo Forsyth (2006, p. 35), Kalley só seria ordenado pastor em Londres no dia 18 de julho de 1839.

¹¹ Fundou a sua primeira escola durante o ano de 1839, tendo a Bíblia como livro-texto. Essas escolas logo cresceram e se multiplicaram (cf. FORSYTH, 2006, p. 43, 52-53).

sua biblioteca e valiosos manuscritos [...]” (LEÃO, 1960, v. XIV, p. 41). Outras casas e escolas foram também destruídas. O caminho foi fugir da ilha – disfarçado de mulher enferma –, juntamente com algumas famílias de seus fiéis, sucedendo-lhe centenas de outros protestantes que também fugiram dali. À época, o Dr. Kalley era casado com Margaret Kalley, que viria a falecer em 15 de setembro de 1851 em Beirute. Posteriormente (14 de dezembro de 1852), casou-se com Sarah Poulton Wilson (1825-1907), “poetisa, lingüista e musicista” (HAHN, 1989, p. 137-138; FORSYTH, 2006, p. 97), proveniente de uma família abastada, que se tornaria nossa conhecida como Sarah Poulton Kalley.

As perseguições sofridas na Ilha da Madeira marcaram profundamente a sua personalidade, tornando-o bastante cauteloso em sua ação missionária, embora sem jamais negligenciá-la.

Creemos ser oportuno mencionar um incidente de grande relevância para a questão legal do protestantismo no Brasil. Em 1859, Kalley foi acusado pelo núncio apostólico de, entre outras coisas, estar ultrapassando os limites da tolerância religiosa prescrita pela Constituição de 1824. Foi então que ele formulou um questionário de onze quesitos sobre o assunto, pedindo o parecer de três juristas de grande renome: Dr. José Tomaz Nabuco de Araújo, Dr. Urbano Sabino Pessoa de Melo e Dr. Caetano Alberto Soares. A resposta foi favorável ao Dr. Kalley; ele não quebrara a Constituição. Assim, “O governo Imperial resolveu nada fazer contra ele ‘enquanto não excedesse os limites sobre os quais estava bem informado’” (SILVA JUNIOR, 1972, p. 45). Aqui temos, diríamos, o escancaramento legal das portas para a entrada de religiões acatólicas no Brasil.

Entre as contribuições do casal, destacamos: 1. A organização da Escola Dominical em Petrópolis, com a presença de cinco crianças (19.8.1855); 2. Confecção dos *Salmos e hinos* (1861): 50 hinos; 2ª edição em 1865, com 83 hinos; 3ª edição em 1868 com 100 hinos; 4ª edição em 1873 com 130 hinos; 3. Tradução de obras evangélicas, como o *Peregrino* de John Bunyan; 4. Fundação da Primeira Igreja Protestante no Brasil de língua portuguesa: Igreja Evangélica Fluminense (11.7.1858), com quatorze membros, incluindo o casal.

5.5. OS PRESBITERIANOS

No ano de 1851, desembarca no porto do Rio de Janeiro, proveniente dos Estados Unidos, um jovem pastor, recém-ordenado, porém corajoso – disposto a enfrentar a varíola e a febre amarela que grassavam no Brasil, especialmente na Bahia e no Rio de Janeiro¹² –, pronto para correr os riscos inerentes à sua missão. O seu nome é Rev. James Cooley Fletcher (1823-1901), que foi ordenado ministro do Evangelho em 13 de fevereiro de 1851 pelo presbitério de Muncie, Indiana. Vejamos alguns dados da sua vida e de seu ministério no Brasil.

Fletcher veio para o Brasil como missionário nomeado para servir os americanos residentes no Brasil (mais especificamente os do Rio de Janeiro), sob os auspícios da União Cristã Americana e Estrangeira (fundada em 10 de maio de 1849) e da Sociedade Americana de Amigos dos Marítimos (fundada em 1828), servindo a essa entidade como capelão no porto do Rio de Janeiro, atendendo principalmente os marinheiros americanos e ingleses; serviço que fez com dedicação e abnegação. Ele mesmo descreve o seu trabalho:

Era meu costume, quando não havia ameaças de epidemias no porto, visitar os navios ingleses e norte-americanos todas as sextas-feiras, e deixando em cada mão um folheto que indicava o navio em que a bandeira Betel¹³ tremularia no domingo seguinte. Quando a febre amarela dominava, diariamente assistia aos doentes no hospital, e ia aos navios administrar o conforto do Evangelho aos marinheiros doentes e moribundos. Pobres homens! Muitos passaram desta vida para a eternidade

¹² A varíola e a febre amarela mataram muitas pessoas no Rio de Janeiro em 1850 (cf. BARRETO FILHO; LIMA, 1942, v. 1, p. 179 e 234). Embora não com tanta intensidade como era descrita que aqui acontecia, pelos jornais estrangeiros (cf. KIDDER; FLETCHER, 1941, v. II, p. 127).

¹³ A bandeira Betel era o símbolo da Sociedade Americana de Amigos dos Marinheiros; e o seu hasteamento indicava a realização do culto naquela hora e lugar, conforme explica Fletcher: “A bandeira Betel, com seu pombo branco, é hasteada no mastro principal e, quando desfraldada pelo vento, como o sino de uma igreja, embora mudo, chama os robustos marinheiros dos vários ancoradouros a comparecer ao tabernáculo flutuante, para entoarem os hinos de louvor, ou ouvirem, nesta distante região, as lições da verdade sagrada” (apud REILY, 1984, p. 74).

sem mandarem uma mensagem de despedida aos seus distantes. Mas, sempre que pude saber o endereço dos seus parentes, eu lhes encaminhei as últimas palavras do moribundo, que muitas vezes era a efusão de sua fé e esperança em Cristo (KIDDER; FLETCHER, 1941, v. I, p. 227; VIEIRA, 1980, p. 61).

É digno de nota que, à época, o porto do Rio de Janeiro recebia mais de doze mil marinheiros por ano, ainda que nem todos fossem obviamente ingleses ou americanos. O fato é que Fletcher tinha um grande rebanho, e duplamente flutuante!

A sua dedicação e labor “sobrecarregaram-no tanto que adoeceu” (VIEIRA, 1980, p. 66); todavia, logo se restabeleceu.

Conheçamos um pouco mais da vida desse homem. Fletcher era de uma família rica, seu pai era banqueiro; teve uma boa formação intelectual, formado pela Phillips Exeter Academy, Brown University e Princeton Theological Seminary, estudando também na França e na Suíça por um ano, onde se casou com a filha do teólogo genebrês César H. A. Malan.

Antes de vir para o Brasil, Fletcher estudou cuidadosamente o trabalho do missionário metodista e agente da Sociedade Bíblica Americana. Daniel P. Kidder (1815-1891) narra as suas viagens por diversas cidades do Brasil no período de 1837-1840¹⁴. Fletcher comenta esse fato em carta escrita a seu pai, Calvin Fletcher, em 14 de abril de 1853.

Voltemos ao Rio de Janeiro. Ali Fletcher, além das suas tarefas missionárias, foi nomeado capelão da Legação Americana, com o título de “adido”, tendo, dessa forma, proteção oficial, e a pedido do secretário da Legação tornou-se o secretário interino da Legação. Essas duas últimas atividades ele as desempenhou nos anos de 1852 e 1853.

No ano de 1853, ele voltou aos Estados Unidos para tratar da saúde de sua esposa Henriette Fletcher. Essa viagem foi precipitada pela dificuldade financeira que ambos passavam em companhia de seus dois filhos, sendo o caçula recém-nascido.

¹⁴ O título da obra de Kidder é *Sketches of Presidency and Travels In: Brazil*, publicada em 1845, em 2 volumes. Traduzida para o português, recebeu o título *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil* (KIDDER, [1943]).

Em 1854, tornou-se agente da Sociedade Bíblica Americana (fundada em 1816) para servir no Brasil, cargo que ocupou até 1856. Na condição de agente da SBA, Fletcher empreendeu algumas viagens, por diversas cidades brasileiras, levando sempre exemplares das Sagradas Escrituras.

Antes de retornar ao Brasil, no ano de 1854, Fletcher foi abordado por D. P. Kidder, que lhe pediu que completasse a sua obra (*Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*); em 1857, publica em inglês tal ampliação, intitulada *Brazil and the brazilians*¹⁵; em 1867 essa obra já estava na 7ª edição. Em 1900, J. C. Rodrigues (1904, p. 205) nos informa que já haviam sido publicadas nove edições.

Fletcher tinha consciência da necessidade de se disseminar a palavra de Deus no Brasil; pensando nisso, ele escrevia insistentemente às Sociedades Bíblicas Americana e Britânica a fim de convencê-las a abrir agências no Brasil. Finalmente, motivada pelos apelos de Fletcher, a Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira (fundada em 1804) enviou o seu primeiro agente oficial, Richard Corfield de Liverpool, que estabeleceu no Rio de Janeiro o primeiro depósito permanente de Bíblias no Brasil em 1856. Corfield empreendeu diversas viagens, especialmente nos Estados de São Paulo e de Minas Gerais.

Em 8 de agosto de 1862, Fletcher foi feito membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro fundado em 1838, no Rio de Janeiro. A recepção de Fletcher causou reações dos ultramontanos (Cf. VIEIRA, 1980, p. 80-81).

Fletcher se constituiu num grande propagandista do Brasil no exterior – não apenas nos Estados Unidos –, mas também na Europa, escrevendo para diversos jornais uma variedade de artigos, os quais foram publicados até em Calcutá.

Fletcher foi um missionário diferente, com estratégias próprias. Creio que a sua visão missionária pode ser nitidamente percebida numa carta que publicou em 6 de setembro de 1862 no *Journal of Commerce de New York*:

¹⁵ Essa obra seria lida com entusiasmo pelo pastor batista William B. Bagby (1855-1939) em 1880, antes de sentir-se chamado a desempenhar um trabalho missionário no Brasil (ver HARRISON, 1987, p. 15). O trabalho de Fletcher foi traduzido para o português com o título *O Brasil e os brasileiros* (cf. KIDDER; FLETCHER, 1941).

Sei que alguns podem dizer que não é do papel de um clérigo missionário estar envolvendo-se com negócios. Mas creio que tenho uma visão mais alta do que o mero interesse mercantil do meu país, pois sou dos tais que crêem que a religião e o comércio são servos que, unidos com a bênção de Deus, servem para a promoção dos interesses mais nobres e mais altos da humanidade (apud VIEIRA, 1980, p. 65).

Fletcher plantava para o futuro, quando ele ou outros colheriam os resultados desse trabalho iniciado. Numa carta de doze páginas, escrita a seu pai, em 28 de julho de 1852, diz: “Pode ser que não vejamos convertidos por anos, mas ainda assim, devemos aprender a trabalhar e esperar e no tempo próprio colheremos se não houvermos desfalecido” (apud VIEIRA, 1980, p. 62-63).

Por certo a visão de Fletcher não se coadunava em relação à implantação do protestantismo com a visão de Simonton e Blackford, todavia, a se concluir, como o fez Duncan A. Reily, baseado em informes de segunda mão, que Blackford omitiu Fletcher em sua história pelo fato de que “a orientação denominacional das histórias existentes simplesmente não abre espaço para missionário para-eclesiais” (REILY, 1984, p. 149). Vai daí uma distância muito grande e por demais perigosa, principalmente para quem, pelo que parece, não leu Blackford.

O que Blackford (1893, p. 3) fez foi o seguinte: após identificar Fletcher como o colaborador de Kidder, na elaboração do livro *O Brasil e os brasileiros*, acrescentou:

O Sr. J. C. Fletcher, ministro Presbiteriano, trabalhou por algum tempo no Rio de Janeiro, sob os auspícios da União Christã Americana e Estrangeira e da Sociedade dos Amigos para Marinheiros, cerca de 1851 a 1853. As datas não estão a mão para um exato exame de tempo e duração de seus trabalhos, ou sua natureza e seus resultados.

Quero lembrar ainda que Blackford dedicou apenas quinze páginas para contar um pouco da história do Brasil, e mais de vinte anos do trabalho missionário. Num trabalho de tão poucas páginas e de tão ampla abrangência his-

tórica, Fletcher teria mesmo um pequeno destaque, visto que ele, no início, não pregou em português nem iniciou nenhuma igreja local, apesar de sabermos que o seu trabalho foi de grande importância para a implantação do protestantismo no Brasil¹⁶. Parece-me mais prudente ficar com a palavra de Blackford.

Mais tarde, de 1869 a 1873, Fletcher serviu como cônsul dos Estados Unidos na cidade do Porto, Portugal, e, posteriormente, foi missionário em Nápolis.

Oficialmente, no entanto, os presbiterianos iniciaram o seu trabalho no Brasil em 12 de agosto de 1859, com a chegada do missionário americano e Ashbel G. Simonton (1833-1967), que, mesmo tendo vida breve, realizou grande obra que não nos cabe aqui analisar; apresentaremos apenas um esboço: 1. iniciou uma Escola Dominical em sua casa – esse foi seu primeiro trabalho em português (22 de abril de 1860); 2. organizou a Primeira Igreja Presbiteriana no Brasil, na capital do Império, Rio de Janeiro, à Rua Nova do Ouvidor n. 31, com as duas primeiras Profissões de Fé (12 de janeiro de 1862); 3. saiu o primeiro número do jornal *Imprensa Evangélica*, possivelmente o primeiro jornal evangélico da América Latina (5 de novembro de 1864); 4. organizou com seus companheiros o Presbitério do Rio de Janeiro, em reunião na casa de Blackford, à Rua São José n. 1 (atual Líbero Badaró), São Paulo (16 de dezembro de 1865) – o Presbitério era composto por três pastores: A. G. Simonton, A. L. Blackford e F. J. C. Schneider. Mediante proposta de Simonton, Blackford foi eleito moderador, ficando Schneider como secretário temporário e Simonton como secretário permanente. O Presbitério do Rio de Janeiro (organizado em São Paulo) ficou sob a jurisdição do Sínodo de Baltimore. No dia seguinte, 17 de dezembro de 1865, foi

¹⁶ A obra de Blackford, *Sketch of the Brazil Mission*, in: *Sketches of the Presbyterian Board of Foreign Missions*, foi traduzida pela Sra. D. Maria T. da Costa e publicada nos seguintes números do jornal *O Estandarte*: 16 set. 1893, 23 set. 1893, 7 out. 1893, 14 out. 1893, 21 out. 1893, 4 nov. 1893 e 2 dez. 1893. Parte dessa obra encontra-se publicada no livro de Ribeiro (1981, p. 309-314). Nesse caso, a tradução foi feita pelo próprio autor. Há uma outra tradução integral, feita por Bertha Ellen Lane, publicada no *Brasil Presbiteriano* (jun. 1971, p. 4, 5, 8).

licenciado e ordenado ministro do Evangelho o ex-padre José Manoel da Conceição (1822-1873), passando o Presbitério a constituir-se de quatro pastores. Ainda não havia presbíteros na Igreja Presbiteriana no Brasil. O Presbitério era formado por três igrejas: a do Rio de Janeiro, a de São Paulo e a de Brotas; 5. organizou o Seminário do Rio de Janeiro, num sobrado no Campo de Sant'Anna n. 49 (14 de maio de 1867), inicialmente com três alunos e, depois, com quatro.

Em 17 de maio de 1868, o Rev. Blackford organizou a Igreja Presbiteriana de Lorena. A pregação do evangelho nessa cidade enfrentou uma série de dificuldades com as autoridades locais, estimuladas pelo vigário local. Mediante queixa de Blackford, houve a intervenção do ministro da Justiça, José de Alencar, assegurando a liberdade do culto protestante. Posteriormente (21 de fevereiro de 1869), o Rev. Fletcher escreve de Nova York, congratulando-se com o imperador D. Pedro II pelas medidas tomadas.

5.6. OS BATISTAS

Em 1871, imigrantes batistas organizaram uma Igreja Batista em Santa Bárbara, também de fala inglesa. Solicitaram missionários à Junta de Richmond, a qual mandou o primeiro missionário batista, o Rev. William B. Bagby (1855-1939), e sua esposa, Anne Luther Bagby (1859-1942), que aqui chegaram em 2 de março de 1881, procurando logo aprender a nossa língua, o que fizeram com os presbiterianos em Campinas, cidade que na época possuía vinte mil habitantes. O casal Bagby, por adotar a posição de separação entre Igreja e Estado, recusou a oferta de D. Pedro II que custeava a passagem “a qualquer missionário vindo dos Estados Unidos para o Brasil” (HARRISON, 1987, p. 19).

O Rev. Bagby, junto com o ex-padre Antônio Teixeira de Albuquerque, convertido entre os presbiterianos e metodistas, fundou em 15 de outubro de 1882 a Primeira Igreja Batista Nacional em Salvador, com cinco membros (incluindo o casal de missionários) de fala portuguesa.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Tratados de 1810 e a Constituição de 1824 foram fundamentais para a implantação do protestantismo no Brasil. Com isso, abriram-se as portas para o ingresso de imigrantes que traziam consigo sua cultura repleta de valores de uma religião até então desconhecida. Nessa esteira vieram depois os missionários que objetivavam não apenas pastorear imigrantes, mas também catequizar os nativos. Nesse afã, valeram-se de distribuição de Bíblias – trabalho já documentado em 1816 –, panfletos, sermões, pregações, conversas, polêmicas etc. Aos poucos o protestantismo foi adquirindo o seu espaço próprio, enfrentando, é verdade, perseguições episódicas, mas, na medida do possível, recorria à lei e, em geral, seus recorrentes eram atendidos pelas autoridades constituídas.

Acentuo que a ação de Kalley pedindo um parecer de três juristas foi fundamental. A partir dali estabeleceu-se uma espécie de jurisprudência que facilitou ainda mais o trabalho missionário, ainda que houvesse perseguições locais em lugares menos tolerantes.

Houve por certo um jogo de força por parte dos protestantes, omissão de certas autoridades, e até mesmo interesse de parte do clero brasileiro e de alguns intelectuais (republicanos e positivistas) na implantação do protestantismo. Desse modo, os templos foram surgindo e a Igreja se desenvolvendo, deixando aos poucos de ser uma cousa obscura para ter de fato uma boa projeção na sociedade, atingindo homens do campo e da cidade, homens de vida modesta e intelectuais.

No Brasil imperial não houve um “rio de sangue” resultante de uma perseguição estrutural por parte da Igreja romana e do povo. Sem dúvida, houve perseguições – e por vezes intensa –, contudo, sempre localizada e não-institucionalizada. A mentalidade brasileira tinha um espírito de tolerância resultante em grande parte da sua própria constituição étnica, da miscigenação de povos e raças.

Como a Inquisição não teve penetração no Brasil, exceto as visitas do Santo Ofício, isso contribuiu para formar uma mentalidade mais tolerante entre os católicos. Onde a Inquisição era voraz em suas práticas, os seus horrores

dominavam também as mentes. Nesses países o protestantismo não teve como florescer senão tardiamente. O Brasil, como vimos, não conheceu de forma plena a força dos tentáculos da Inquisição, ainda que tenha se ressentindo de sua influência de modo especial na Bahia, no Grão-Pará e em Pernambuco.

O Brasil contou também com outro ingrediente fundamental entre os intelectuais: o liberalismo. Esse, como filho legítimo do iluminismo – tão expressivo em suas conquistas na Europa –, teve preponderância no final do século XVIII em Portugal. Onde o iluminismo teve ascensão, o espírito de tolerância era um ingrediente natural e compulsório. Ele não tardou a manifestar os seus efeitos em Portugal, especialmente por intermédio do marquês de Pombal.

Como muitos dos constituintes estudaram em Coimbra após a reforma pombalina, receberam uma influência iluminista e liberal que se manifestou em sua perspectiva religiosa.

Outro elemento relevante foi o econômico. Isso é por demais evidente em diversos discursos dos parlamentares na Constituinte de 1823.

O fato, conforme pudemos ver, é que a Constituição de 1824 ofereceu a base legal para a implantação do culto protestante no Brasil e para a prática de culto acatólico por parte de brasileiros.

Num passo seguinte, após o estabelecimento do protestantismo no Brasil, percebemos que esses desejavam não apenas a *tolerância*, mas sim a *igualdade* na liberdade dos cultos; assim, quando a República foi proclamada, na semana seguinte a *Imprensa Evangélica* traz um editorial entusiasta, com o título “Estados Unidos do Brazil” (*Imprensa Evangélica*, 23 nov. 1889, p. 369-370). Nele, o articulista diz:

Acabamos de presenciar o acontecimento mais estupendo e extraordinário que se tem dado no século presente. Já está consumado, já ninguém duvida de sua realidade, mas tão maravilhoso ele se apresenta aos nossos olhos, que mais parece um sonho ilusório do que um fato real e acabado.

No entanto, o articulista explica que o acontecimento estupendo não se refere simplesmente à mudança na forma de

governo, mas ao fato digno de orgulho: o Brasil “ter realizado a reforma mais radical sem deixar perceber a mínima alteração na ordem pública, e no sossego da nação”. Nesse clima de profunda transformação e ao mesmo tempo de paz, não houve mudança nem “oscilação no câmbio, que se altera a qualquer queda ou mudança no ministério!”.

O autor encerra o artigo entusiasmado com a República e com as novas perspectivas de liberdade religiosa:

Entretanto, vendo no governo atual ordem, liberdade e garantia, e esperando dele ainda a mais completa liberdade de cultos, não pode deixar de aderir de coração à nova forma de governo e prestar-lhe todo o seu apoio.

Todos os acatólicos, que no antigo regime apenas tinham uma tolerância para o seu culto e isto, para humilhação, em casa sem forma exterior de templo, ficarão sumamente satisfeitos vendo agora surgir a mais plena liberdade de cultos ou antes a plena liberdade de cultos que é o que deve ser decretado pela república (*Imprensa Evangélica*, 23 nov. 1889, p. 370).

No periódico metodista *Expositor Cristão*, encontramos alegria semelhante:

15 de novembro, é hoje, é o dia mais glorioso na história desta grande nação. Pois este traz mais do que a liberdade dos nossos corpos. Com ele raiou a liberdade de consciência, a liberdade religiosa [...] esse glorioso dia augura para todas as classes a mais plena liberdade religiosa e de consciência, de modo que ninguém, quer católico, quer acatólico seja estigmatizado pelas convicções sólidas e honestas que abraça (*Expositor Cristão*, 1º dez. 1889, p. 1).

A antiga esperança torna-se agora uma exigência, considerando que a própria Monarquia já se dispusera a fazer tal abertura:

O governo provisório da República não deve demorar por mais tempo o decreto da abolição da união da igreja com o estado, estabelecendo a plena igualdade de cultos no Brasil (*Imprensa Evangélica*, 23 nov. 1889, p. 370).

Toca, então, no brio dos republicanos:

Ora, como poderá o governo da República sustentar por mais tempo a grande injustiça, ou antes o odioso monopólio, que até a própria monarquia já não podia mais suportar?

O verdadeiro governo republicano deve ser a última expressão da liberdade, da igualdade da fraternidade; enquanto porém se vir ainda uma religião privilegiada e cheia de regalias para uns, e as outras apenas toleradas para outros enquanto se observar que para uns, o estado faz a despesa do culto, e para outros nega-lhes até o direito de terem uma igreja com forma exterior de templo, quando ambos pagam, na mesma razão, os direitos para as despesas da nação; enquanto se vir esta injustiça revoltante de uns quererem ter mais direitos de que os outros, não se pode admitir que haja liberdade, igualdade e fraternidade no Brasil (*Imprensa Evangélica*, 30 nov. 1889, p. 377).

O articulista não reivindica a manutenção da Igreja pelo Estado, antes a sua própria subsistência:

Cada religião deve manter-se à custa de seus próprios fiéis; aqueles que desejam ver nos templos ricos parâmetros, luxuriosos enfeites, e deslumbrantes decorações, abram a bolsa e paguem convenientemente esta regalia, e não queiram que os cofres do estado, que contém só o suor dos que trabalham, a satisfaçam esta despesa vaidosa e inteiramente desnecessária.

A manutenção de cada culto deve correr exclusivamente por conta de seus respectivos crentes; cada cidadão deve pagar aquilo de que goza; obrigar porém, a todos os cidadãos a concorrerem para o subsídio de um culto que só parte da nação aceita, é isto uma injustiça revoltante, é uma tirania que a República não deve de modo algum tolerar por mais tempo (*Imprensa Evangélica*, 30 nov. 1889, p. 378).

O editorial da *Imprensa* de 7 de dezembro de 1889 reafirma a sua confiança na República brasileira e vaticina o futuro católico:

Estamos satisfeitos com o advento da República porque podemos ter a liberdade e justiça, que reclamamos há muitos anos

[...] Temos confiança nos homens que hoje dirigem os altos negócios do Estado e esperamos ter em breve, plena liberdade para os nossos cultos e sabemos que o romanismo perderá grande parte do prestígio que nunca soube merecer (*Imprensa Evangélica*, 7 dez. 1889, p. 385-386).

No mesmo editorial, conclama o povo evangélico a solidificar a liberdade esperada com a proclamação do Evangelho:

a nossa tarefa não está completa. [...] Às Igrejas Evangélicas compete o trabalho de lançar as bases da liberdade da pátria sobre a Rocha dos séculos, para que seja conhecida a religião pura sem a qual não pode haver verdadeira liberdade em país qualquer [...] Por mais que proclamem a liberdade e a fraternidade no Brasil ou em outro país qualquer, onde não haja uma aceitação geral da Sagrada Escritura, de seus princípios divinos e de sua moral pura e severa, não pode haver uma República bem assentada e bem dirigida (*Imprensa Evangélica*, 7 dez. 1889, p. 385).

A *Imprensa* continuou a sua empreitada pró-liberdade de culto. Na edição de 14 de dezembro de 1889, se propõe a mostrar que católico romano de fato – aquele que segue os mandamentos da “Santa Madre Igreja” – é uma minoria dos quinze milhões de habitantes do Brasil (*Imprensa Evangélica*, 14 dez. 1889, p. 393-394).

No editorial de 21 de dezembro de 1889, a *Imprensa* já se torna mais moderada em seu entusiasmo, pedindo às igrejas que orem pela República:

Atualmente o horizonte está carregado. Assinalamos tudo isto em nossas colunas, não para causar desânimo no espírito de qualquer pessoa, mas para chamar as igrejas evangélicas à oração (*Imprensa Evangélica*, 21 dez. 1889, p. 401).

Na última edição da *Imprensa* de 1889 há um rememorar dos fatos que marcaram de modo especial aquele ano, pelos quais a Igreja deve agradecer a Deus. Um deles é a República, para a qual se pede oração, bem como para o governo provisório:

Outro motivo, e é o último que mencionaremos, porque o ano agora findo merece que especialmente o povo brasileiro lhe conserve memória fiel é a queda da monarquia e o estabelecimento de um governo republicano entre nós [...]

Peçam todos, pois, a bênção de Deus sobre o governo provisório e todas as autoridades estabelecidas. E sejam estas justas para com todos e tenham diante de si sempre o temor de Deus (*Imprensa Evangélica*, 28 dez. 1889, p. 410).

Em 24 de fevereiro de 1891 é promulgada a “Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil”. No art. 72, “Declaração de Direitos”, lemos:

§ 2º Todos são iguais perante a lei. [...]

§ 3º Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer publica e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bem, observadas as disposições do direito comum.

§ 7º Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União, ou o dos Estados.

§ 28. Por motivo de crença ou função religiosa, nenhum cidadão brasileiro poderá ser privado de seus direitos civis e políticos nem eximir-se de cumprimento de qualquer dever cívico.

O desejo acalentando durante tantos anos fora agora realizado: separação entre Igreja e Estado e a total liberdade religiosa. No entanto, ao que parece, as perseguições se intensificariam a partir daí... Contudo, essa parte foge ao corte de nosso estudo, envolvendo outra etapa da história¹⁷.

REFERÊNCIAS

AZZI, R. *O altar unido ao trono: um projeto conservador*. São Paulo: Paulinas, 1992.

BANGS, N. *History of the Methodist Episcopal Church. The Master Christian Library*, Albany, OR: Ages Software, 1997. v. 4. CD-ROM.

¹⁷ O estudo pioneiro sobre o aspecto foi realizado por Boanerges Ribeiro (1991), *Igreja evangélica e República brasileira (1889-1930)*.

BARRETO FILHO, M.; LIMA, H. *História da polícia do Rio de Janeiro: aspectos da cidade e da vida carioca 1831-1870*. Rio de Janeiro: Empresa a Noite, [1942]. 3v.

BLACKFORD, A. L. A Missão Brasileira. *O Estandarte*, 14 out. 1893.

BRAGA, H. R. F. *Música sacra evangélica no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1961.

EWBANK, T. *Vida no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

EXPOSITOR CRISTÃO. Órgão oficial da Igreja Metodista do Brasil, São Paulo, [s. d.].

FORSYTH, W. B. *Jornada no Império: vida e obra do Dr. Kalley no Brasil*. São José dos Campos: Fiel, 2006.

HAHN, C. J. *História do culto protestante no Brasil*. São Paulo: Aste, 1989.

HARRISON, H. B. *Os Bagby no Brasil*. Rio de Janeiro: Juerp, 1987.

HUNSCHE, C. H. *Protestantismo no Sul do Brasil: nos 500 anos do nascimento de Lutero (1483-1983)*. Porto Alegre: EST; Sinodal, 1983.

IMPrensa EVANGÉLICA. Jornal publicado pelos missionários presbiterianos no século XIX a partir de 1864. Rio de Janeiro; São Paulo: [s. d.].

KENNEDY, J. L. *Cincoenta Anos de Methodismo no Brasil*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1928.

KIDDER, D. P.; FLETCHER, J. C. *O Brasil e os brasileiros*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1941. 2v.

KIDDER, D. P. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora S.A., 1943. 2v.

LEÃO, A. C. et al. (Dir.). *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, Limitada, 1960. 41v.

LÉONARD, É. *O protestantismo brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Juerp; Aste, 1981.

MÜLLER, T. L. (Coord.). *Simpósio de história da Igreja*. São Leopoldo: Rotermond; Sinodal, 1986.

OLIVEIRA, J. G. *Suecos no Brasil*. São Paulo: [s. n.], 1952.

REILY, D. A. *História documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Aste. 1984.

RIBEIRO, B. *Protestantismo no Brasil Monárquico, 1822-1888: aspectos culturais de aceitação do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1973.

_____. *Protestantismo e cultura brasileira*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1981.

_____. *Igreja evangélica e República brasileira (1889-1930)*. São Paulo: O Semeador, 1991.

ROCHA, I. *História da história do metodismo no Brasil*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1967.

RODRIGUES, J. C. *Religiões acatólicas no Brasil, 1500-1900*. Rio de Janeiro: Escriptorio do “Jornal do Commercio”, 1904.

SALVADOR, J. G. *História do metodismo no Brasil*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1982. v. 1.

SILVA JUNIOR, I. *Heróis da fé congregacionais*. Rio de Janeiro: Tipografia Batista de Souza, 1972.

TUCKER, H. C. O Centenário Metodista Sul-Americano. *Expositor Cristão*, 21 jan.1936.

VIEIRA, D. G. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

WALSH, R. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. London: Frederick Westley and A. H. Davis Stationer's Hall Court, 1830. 2v.

WILLEMS, E. *Assimilação e populações marginais no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1940.

_____. *A aculturação dos alemães no Brasil*. 2. ed. ilustrada, revista e ampliada. São Paulo: Cia. Editora Nacional; Brasília: INL, 1980.